
JOSÉ REIS

Faculdade de Economia da Universidade
de Coimbra e Centro de Estudos Sociais

Os Lugares e os Contextos

— Tempo, espaço e mediações na organização das economias contemporâneas *

45

Parte-se neste artigo da ideia de que a realização das condições essenciais do capitalismo é compaginável com diferentes soluções de funcionamento. Há, assim, uma dialéctica contigência/necessidade que mobiliza diferentes contextualidades da acção humana, representadas por diferentes lugares e papéis de mediação. Defende-se que nas economias contemporâneas a mediação local é um processo rele-

vante e, para além de uma referência aos "contextos empíricos" que o evidenciam, procuram-se avaliar os "fluxos sequenciais de acontecimentos" e os "padrões de interacção" em que as práticas decorrem. Dedica-se, por isso, atenção aos agentes, à formação da iniciativa e às noções de espaço e de tempo que lhes podem estar associadas.

O conhecimento dos modos de organização das economias contemporâneas coloca-nos perante um grande número de questões em aberto e exige múltiplas contribuições. Sendo ponto de consenso que é crescente a complexidade das interacções económicas, é grande, no entanto, a variedade dos temas que convidam à reflexão e ao debate no âmbito das ciências sociais. Um deles, que representa o contexto problemático das considerações que sintetizarei neste artigo, tem sido objecto de aturadas análises e é exemplarmente significativo da vocação convergente de várias perspectivas. Refiro-me a um quadro de análise que possibilite a percepção dos processos de mediação espacial em que se baseiam muitos fenómenos económicos relevantes, tais como, por exemplo, os que se relacionam com as formas locais de

1. Introdução

* Este texto sintetiza algumas das reflexões introdutórias que constituíram o meu ponto de partida para a tese de doutoramento em Economia, *Os Espaços da Indústria: a regulação económica e a mediação local numa sociedade semiperiférica*, que defendi em Novembro de 1989 na Universidade de Coimbra. A publicação da parte substancial deste trabalho está prevista para o próximo ano, nas Edições Afrontamento.

iniciativa produtiva e, designadamente, com a industrialização em meios locais⁽¹⁾.

Na actual agenda de investigação, este tema foi-se tornando relevante porque, em consequência da crise ou apesar dela, as economias têm sido atravessadas por processos locais que se caracterizam fundamentalmente por contextos relacionais de sociabilidade, de organização produtiva e de mobilização de meios. São contextos de co-presença, que justificam a análise das articulações sócio-económicas que os estruturam, a identificação dos agentes colectivos envolvidos e a apreciação dos universos de sociabilidade e de comunicação em que se formam os *habitus* que caracterizam os sistemas locais.

A construção local destes processos não tem iludido que eles são parte de dinâmicas mais largas de reestruturação económica, relacionadas, umas, com a descentralização empresarial decidida em função dos custos do trabalho e, outras, com a valorização de condições industriais localizadas, dotadas de capacidade de acumulação de cultura técnica e de mecanismos de adensamento inter-industrial. É a crescente importância de um grande número de agentes (com posições hierárquicas diversas), de um complexo de relações produtivas e organizacionais, também hierarquizadas, de modos diferenciados de sociabilidade e de estruturação da vida material que nos impõe a necessidade de incluir a análise do local nas preocupações disciplinares da economia e de procurar identificar os *processos constituintes* dos movimentos económicos globais.

Sendo certo que preocupações deste tipo estão presentes num grande conjunto de perspectivas recentes, que têm servido para a análise de sistemas locais baseados na pequena empresa e em fortes articulações com os meios em que se inscrevem, gostaria também de relembrar que com estes

(1) As reflexões acerca do espaço, do tempo e dos contextos de iniciativa dos agentes económicos de micro escala, de que este artigo se ocupa, foram parte da minha dissertação de doutoramento (Reis, 1989a). Nesse trabalho discuto a natureza da regulação de uma economia semiperiférica como a portuguesa, em que os processos de mediação local são muito relevantes. Elegi como campo de análise principal as relações espaço/indústria e, para além de uma análise dos mecanismos globais de estruturação económica e do que designo por espaços estruturais de funcionamento da economia portuguesa (com a qual procurei avaliar as dinâmicas regionais da indústria durante as últimas três décadas, tomando em conta a sua articulação com os contextos de reprodução social dos meios onde se localiza), baseei as minhas reflexões no estudo de dois casos de industrialização local bastante diferentes entre si: Águeda, um sistema produtivo local cuja forte especialização no sector metalomecânico está muito ligada à existência de inter-relações produtivas bastante densas das empresas locais e à consolidação de uma cultura técnica industrial; e Arganil, um concelho de escassa relevância industrial onde, contudo, se registou um aumento significativo do emprego em consequência de acções de mediação institucional promovidas pela autarquia municipal.

trabalhos se retoma uma “intuição” apresentada por Alfred Marshall em *Principles of Economics*, quando se interrogou sobre as origens, as vantagens e a lógica de estruturação das “indústrias localizadas” (*localized industries*) de um “distrito industrial” denso. Como é sabido, Marshall (1920: 271-276) atendeu simultaneamente à *qualidade* industrial (qualificação do trabalho em contextos onde se consolidaram culturas técnicas “transmissíveis”, especialização, complementaridades produtivas no interior de um mesmo processo de produção) e às características sociais das “localidades” onde tal tipo de industrialização ocorre (expressas, segundo o seu ponto de vista, em formas de “cooperação das forças sociais com a economia” ou em processos locais de transformação da agricultura)⁽²⁾.

47

Este autor deixou-nos, pois, uma chamada de atenção para as entidades sócio-económicas, de área territorial circunscrita, em que os processos de organização assentam na co-presença activa de uma comunidade de empresas e de uma comunidade de pessoas em interpenetração recíproca. É por estas razões que a sua perspectiva se torna actual. De facto, se, em grande parte, a análise de Marshall é uma reflexão sobre o seu tempo, não deve esquecer-se que é hoje reconhecido que os processos de descentralização económica e as formas locais de desenvolvimento prefiguram algumas das mais significativas alterações dos processos actuais de organização das economias. Os modos diferenciados de organização que se vão redefinindo aconselham a que, com eles, reapreciemos as noções de espaço e de tempo.

Nas considerações que irei desenvolver assumo, naturalmente, algumas intuições derivadas de “evidências empíricas” que os nossos olhares reconstróem e, nesse plano, poderá dizer-se que fui motivado por duas grandes questões que julgo caracterizadoras da economia portuguesa. A primeira relaciona-se com o que qualificarei como a sua natureza “intermédia” e representa-se no facto de não ter sido visível em Portugal uma dinâmica tendencialmente uniformizadora dos processos produtivos e dos agentes económicos, o que permite admitir que no nosso país se consolidaram espaços estruturais de funcionamento da economia dotados de identidade específica superior às que se registam noutras situações de crescimento mais intensivo (cf., entre outros, Mateus, 1987). Daí derivam “margens de autonomia” através das quais

⁽²⁾ Para um maior desenvolvimento da perspectiva marshalliana, cf. Becattini (1987).

se valorizam diferenciadamente a capacidade produtiva, a iniciativa empresarial ou os recursos colectivos mobilizados no âmbito local.

A segunda questão que me motivou articula-se com a primeira, pois procurei identificar as condições materiais (e, em muitos casos, também culturais e simbólicas) que tornam aquela natureza intermédia num problema relevante para a análise dos processos de decisão e de funcionamento das economias, bem como para a compreensão das formas de inscrição espacial dos dados económicos⁽³⁾.

Foi, pois, neste quadro que fui levado a estudar as relações entre a indústria e as estruturas constituintes dos espaços onde ela se inscreve, valorizando questões do âmbito da economia *espacial* e procurando atender ao modo como os processos locais, de âmbito territorial circunscrito, exercem um papel de *mediação* na configuração das transformações económicas, nas relações entre as formas de regulação macro-económica e os agentes locais da iniciativa produtiva, entre os processos de produção e os modos de reprodução social, entre as comunidades locais e as estratégias empresariais. E é neste âmbito que reencontro as questões das formas do tempo e dos espaços de sociabilidade que ajudam a interpretar a condição dos agentes que exercem as práticas económicas.

2. O tempo e o espaço na organização das economias contemporâneas

As análises das sociedades capitalistas ocidentais foram produzindo, apesar das diferenças paradigmáticas que as enformam, alguns consensos, algumas linhas de força principais, que remetem para a percepção de uma determinada lógica de organização.

Destas linhas de força faz parte a convicção de que o processo de organização crescente dessas sociedades representa o outro lado da sua *secularização*, isto é, uma tendência para a dissolução das restrições internas que emanam dos seus elementos constituintes e para uma progressiva normalização, individualização e ordenação em função de restrições externas. É o pressuposto de uma "natural" homogeneização

⁽³⁾ Estas condições relacionam-se com a produção (existência de áreas de especialização industrial e de grande densidade de pequenas e médias empresas, subsistência da pequena agricultura como actividade a que está ligada uma grande parte das economias familiares), com a reprodução social (natureza bastante composta das economias familiares, caracterizada pela forte inserção nos mercados do trabalho não-agrícola e pela manutenção de estratégias de ligação complementar à agricultura) e com os agentes (grande significado da iniciativa empresarial de raiz local, de processos de mobilidade social e profissional interligados, de formas relacionais de organização produtiva e de formas de acção colectiva que possibilitam a mobilização, pelos meios locais, de recursos para a promoção do emprego).

dos processos sociais, ditada pela lógica "inclusiva" que deriva das formas de regulação central em que se baseia uma economia capitalista.

Esta convicção, é bom dizê-lo desde já, não parece ter sido desacertada. Pelo contrário, terá mesmo dado origem a algumas das mais brilhantes apreciações sobre os processos económicos e sociais dos dois últimos séculos (é o caso da economia clássica, de Smith a Marx). Mas também será certo, por outro lado, que algumas das "visões" premonitórias sobre a transformação das formas de agir do capitalismo, como a que Joseph Schumpeter nos deixou há já mais de meio século, derivaram justamente da apreciação dos limites da *matriz lógica* que acompanhou a racionalização (excessiva racionalização, dirá) da decisão económica. Por isso, a sua perspectiva do capitalismo depende da avaliação dos efeitos de uma função de iniciativa (a função empresarial) sobre a "sobrevivência da ordem capitalista", a estrutura social e organização do processo produtivo (Schumpeter, 1987: 131-132 e sgs.)

Reconhecer as tendências principais e os seus limites significará, afinal, que, em vez de se postular a estabilidade dos sistemas sociais, se deve admitir que cada forma de estruturação das economias tem o seu *tempo* e o seu *espaço*. O tempo que as caracteriza não é apenas um tempo cronológico, uniforme, exterior, expressão sintética e essencial daquele processo de "secularização", no qual a ordenação dos indivíduos assenta em restrições normalizadoras e taxonómicas. Se assim fosse, tratar-se-ia apenas de um tempo abstracto, estranho aos indivíduos e aos processos vividos: um tempo da organização das economias que se caracterizaria pela uniformidade e que seria garantia da plena sobreposição de regras institucionais e tecnologias de criação de poder cuja consolidação e generalização estão asseguradas.

Ora, há um tempo dos indivíduos e dos grupos, prévio a este tempo histórico, que, ao contrário, é um tempo cíclico, poli-ritmado, pluridimensional, feito da "sobreposição de várias relações articuladas entre si, pois o ritmo não é somente um fenómeno ondulatório, uma sucessão de ciclos" (Rosier e Dockès, 1983: 8). Como Anthony Giddens sublinha muito bem, o que está em causa, quanto ao tempo, "não são só diferentes meios de o calcular, mas formas divergentes de estruturação das actividades diárias" (Giddens, 1985: 284).

Considerar estes dois tempos — o individual, vivido, feito de recorrências, que representa mais precisamente *as formas do tempo*, e o secular, linear, exterior aos indivíduos — leva-

-nos até duas ordens principais de apreciações: trata-se, por um lado, da questão da iniciativa dos agentes e, por outro, da compreensão da dialéctica entre as condições necessárias e as condições contingentes da organização económica, isto é, da lógica dos seus processos de estruturação.

Contingência e necessidade

No tempo que vivemos, uma das questões que com mais actualidade se tem colocado aos economistas é, exactamente, a da intensa transformação dos processos estruturais de organização económica. São questões relacionadas com as tecnologias e a escala da produção, com as formas de integração produtiva, com as condições do mercado e os modos de consumo, com a natureza da contratualidade na base da qual se organiza o mercado de trabalho, com as formas de ocupação do espaço residencial, com os padrões locativos da indústria e dos serviços, com os processos mais gerais de organização espacial.

Não pode dizer-se, em boa verdade, que a economia, como disciplina, não tenha proposto perspectivas que asseguram uma razoável identificação de muitos dos fenómenos em causa. A grande vitalidade da economia regional — ponto de convergência de muitas correntes relacionadas com a análise do desenvolvimento — constitui um argumento para ilustrar esta ideia. Daí, também, a importância das correntes teóricas que sublinham a necessidade de avaliar as relações económicas e sociais tomando em conta a influência das estruturas espaciais como factores constituintes das dinâmicas económicas⁽⁴⁾.

O que provavelmente tem constituído o maior defeito da economia é a falta de uma percepção rigorosa dos contextos em que se origina a diversidade e, bem assim, da materialidade que os constitui, dos agentes que os dinamizam e da natureza (contingente ou necessária) da inclusão de tais contextos nos processos actuais de organização económica.

A história tem mostrado que a natureza permanente das condições essenciais que caracterizam as relações sociais do capitalismo é compaginável com a estabilização de diferentes soluções de funcionamento. A noção de *modelo de desenvolvimento* decorre exactamente da mutabilidade das *soluções sociais*. Só apressadamente se poderá supor que cada

⁽⁴⁾ Para além das referências incluídas no texto cf. também D. Massey (1984), S. Duncan e M. Goodwin (1988) e J. Urry (1987).

uma das formas encontradas está determinada por uma lógica "inevitável" que ordene a história e cada espaço como sequência "fixa" de dados pré-determinados.

Provavelmente, como mais e melhor que ninguém A. Lipietz tem sublinhado, um dado regime de acumulação — resultado macro-económico do funcionamento de um modo de regulação na base de um modelo de industrialização — é, ele próprio, um "*produto involuntário*", uma "*trouvaille*", que deriva do confronto de estratégias ideológicas e sociais (Lipietz, 1985b, Lipietz e Leborgne, 1988). Isto significará, portanto, que os modos de concretização histórica dos *processos essenciais, necessários*, de um determinado sistema social admitem diferentes lógicas (sequenciais ou sincrónicas) de integração de factores *contingentes*.

Esta perspectiva é particularmente significativa quando estão em causa as estruturas espaciais do capitalismo. Daí que valha a pena partilhar um argumento geral proposto por Lash e Urry (1987) segundo o qual há no âmbito espacial um aspecto de relação social que tem sido inadequadamente explorado, e um argumento específico que considera haver padrões espaciais particularmente associados a cada fase do capitalismo.

Na configuração das estruturas espaciais espelham-se muitos dos factores que representam uma dualidade necessidade/contingência. Tem pleno sentido afirmar-se que é inerente ao capital uma tendência para se deslocar na procura de vantagens locativas. Tal mobilidade é produto de uma lógica *interna, necessária*, que se representa no facto de à produção presidir uma relação social "inevitável" — a relação capital/trabalho — cuja existência estará a tornar-se cada vez mais *indiferente* relativamente a variáveis como a disponibilidade de matérias-primas, os mercados, as fontes de energia, etc. Neste sentido, a concretização de uma relação necessária ao capitalismo vem sendo associada a um princípio de *indiferença espacial*.

Mas, por outro lado, as formas contemporâneas de organização da produção têm mostrado a importância crescente de certas características ligadas à reprodução da força de trabalho nas estratégias locativas do capital. Dado que se trata de características não reproduzidas capitalisticamente, elas não estão sujeitas ao mesmo processo de homogeneização espacial que identificámos acima. Isto significa que ao lado de relações necessárias ao capital se pressupõe também a contribuição de *agentes* que, contingentemente, intervêm em certas funções. Se, num primeiro momento, é fácil identificar

estas últimas como condições materiais ligadas aos custos salariais ou às capacidades produtivas instaladas, num segundo momento deve reconhecer-se que o problema é mais vasto, relacionando-se com as formas de iniciativa, com processos relacionais que prefiguram modos de sociabilidade, ou com atitudes subjectivas. "As práticas particulares da sociedade civil nas quais tais subjectividades são constituídas e reproduzidas são, até certo ponto, *contingentes* e dependem em parte da organização colectiva e dos contextos que protejam ou ampliem tais práticas" (Urry, 1985: 37).

Mas a análise da intervenção da "contingência" nos processos de organização produtiva não depende apenas das relações com a "sociedade civil" ou, mais especificamente, com a esfera da reprodução social e, muito particularmente, da reprodução da força de trabalho. A interdependência espacial tem também a ver com relações entre uma pluralidade de entidades com diferentes "poderes causais". Por exemplo, no que se refere às formas de organização da produção industrial, é cada vez mais manifesta a intervenção de uma pluralidade de agentes com capacidade de iniciativa. A circunstância, óbvia, de não lhes corresponderem idênticas posições de poder (as relações são hierárquicas e isso manifesta-se no âmbito espacial atingido pelas suas *acções produtivas*) não deve iludir o facto de estarmos perante relações múltiplas e perante diferentes níveis de *capacidade causal*, isto é, de capacidade de iniciativa.

Os agentes e a iniciativa

Uma das razões para que o domínio da contingência seja mais amplo nas ciências sociais do que nas ciências naturais está no facto de existir uma relação de *compreensão* (mesmo que imperfeita e ilimitada) entre os actores sociais e as condições, materiais e sociais, em que as acções se exercem (Sayer, 1985: 19)⁽⁵⁾.

Anthony Giddens é um dos autores que assume a ambição de chegar a uma "teoria geral viável, capaz de colocar e resolver o problema das influências da iniciativa (*agency*) humana e da contingência histórica na constituição e na reprodução das estruturas sociais". Neste sentido, o ponto de

(5) Por esta mesma razão atribui-se um carácter hermenêutico à descrição da conduta dos agentes sociais. Neste sentido se definem, aliás, algumas condições do trabalho empírico que procurei valorizar com a investigação que realizei, pois parece claro que os questionários e as estatísticas não podem substituir o *mutual knowledge*. Para uma reflexão mais desenvolvida sobre as condições da investigação económica ao "nível local de análise" cf. Reis (1989b).

partida é a rejeição dos princípios funcionalistas de causalidade, e os meios são uma aproximação "hermenêutica-interaccionista" aos fenómenos de 'estruturação social'. Para isso entendem-se os sistemas como "conjuntos de práticas sociais que são ao mesmo tempo meios e resultados de estruturas sociais, porque estas são compostas de práticas sociais embutidas" (Storper, 1985: 407-408). Giddens (1983: 79) refere explicitamente que "se há uma ideia que é essencial à teoria da estruturação, essa é a da dualidade da estrutura". Apesar da sua saudável atitude de reserva para as analogias excessivas com os raciocínios das ciências naturais (o *ecological approach*), Giddens chama a atenção para o conceito de "autopoiesis" da biologia: "a produção das propriedades dos sistemas celulares participa recorrentemente numa rede de relações que torna aquela produção possível".

Por isso, as estruturas são encaradas como essencialmente contingentes e susceptíveis de modificação pela iniciativa humana. Isto é, as estruturas têm apenas existência virtual, porque "existem no tempo e no espaço como momentos recorrentemente envolvidos na produção e reprodução dos sistemas de práticas sociais" (Storper, 1985: 408-409). De facto, segundo tal perspectiva, um sistema altera-se devido às acções intencionais dos indivíduos, os *knowledgeable actors*, que asseguram a reprodução sistémica. As estruturas não exercem, assim, controlo funcional sobre os indivíduos.

Naturalmente que há uma contrapartida para esta 'injecção' de um novo humanismo na teoria social. É que, apesar de tal tentativa ser feita reconhecendo a existência de poder, estrutura e direcção na história, subsistem bastantes tensões nesta dialéctica iniciativa/estrutura. Como sublinha Storper (1985: 419), em Giddens a interacção, o conhecimento prático e o poder são todos consequência do mesmo conjunto de rotinas, dentro de um mesmo sistema social. Tornam-se em estruturas apenas na medida em que possuem propriedades de reprodução. São estruturas não-reais, momentâneas e apenas auto-construídas, que não têm referentes externos relativamente às práticas sociais nem se caracterizam por diferenças ou rupturas importantes entre as suas propriedades.

Esta relação endógena entre práticas e estruturas, estabelecida no âmbito de campos problemáticos de igual amplitude, limita formal e substancialmente a apreensão do próprio princípio da diversidade e da complexidade dos fenómenos económicos e sociais. O que é *tudo* também é *nada*. Deste modo, a completa auto-relação entre prática e estrutura, interacção e conhecimento, torna a topografia das

possibilidades da acção humana num imenso conjunto, formalmente idêntico, de sistemas diferenciados por regras de acção que, no fundo, não são discerníveis entre si. Importa saber o que cria a diversidade e que significado se lhe deve atribuir.

Para atender a isto deve contrapor-se, como problema teórico e como perspectiva de avaliação empírica, a ideia de que há uma "topografia diferenciada (e por isso limitada) para o exercício da iniciativa, mais do que um plano recursivo e sem fim" (Storper: 1985: 419). É uma topografia definida por estruturas materiais cujo poder para condicionar as acções e para delimitar possibilidades é maior do que o pressentido por Giddens. Por isso, há um passo prévio à análise das formas locais de estruturação económica que consiste, exactamente, em reconhecer as estruturas materiais que as rodeiam. É assim, para dar um exemplo, que por vezes se torna necessário combinar a análise local com a regional. Ou que, de forma mais ampla, se apreciam os modos como os meios locais exercem a *mediação da presença*.

Na perspectiva de vários autores (cf., por exemplo, Urry, 1985) a questão da intervenção dos factores contingentes é apenas apresentada nos termos de uma dicotomia capital/ sociedade civil. Mas é forçoso reconhecer que o problema é mais complexo. Não só porque há razões de sobra para não admitir como muito pertinentes dicotomias deste tipo — tributárias de uma outra, mais corrente, que distingue Estado e sociedade civil (Santos 1984: 6-16) — como, sobretudo, porque podemos dispor de quadros analíticos que nos oferecem uma avaliação mais "operacional" dos lugares estruturais em que se baseia a organização social.

Contextualidade

O ponto de partida para o reconhecimento da necessidade de analisar os modos como os sistemas sociais se constituem no tempo e no espaço pode encontrar-se na afirmação de Giddens segundo a qual "muitos analistas sociais tratam o tempo e o espaço como meros ambientes (*environments*) da acção, aceitando também impensadamente uma concepção de tempo como o tempo mensurável do relógio que é característico da moderna cultura ocidental" (Giddens, 1985: 265).

No fundo, do que se trata é de reconhecer nos *meios* onde se desenvolve a acção social algo mais do que a condição de simples *suportes* de estratégias racionalizadoras de natureza

imane[n]te⁽⁶⁾. Estratégias que, se fossem os únicos factores de organização, reconduziriam os processos económicos e sociais a meros *efeitos* derivados das leis gerais em que tal racionalização se baseia.

Atender às práticas sociais e económicas não significa apenas, nem sequer principalmente, aderir a uma apreciação atomizada, individualista, das actividades rotinizadas do dia-a-dia. Significa, isso sim, valorizar as situações de co-presença, isto é, os *contextos de associação* que integram os indivíduos⁽⁷⁾. Como significa, também, não nos descuidarmos na apreciação da natureza efémera da própria prática para, pelo contrário, atendermos principalmente aos seus resultados. Porque, de facto, uma perspectiva deste género só ganha sentido quando se trata de apreender, pelo que subsiste da acção rotinizada, os *padrões de interacção* que se estabelecem e, através dos seus impactos na experiência humana, a sua condição de "fundação para a motivação de práticas futuras" (Storper, 1985: 408).

55

A reconstrução da contextualidade da acção humana, questão substancial a que as considerações anteriores nos conduzem, implica que possamos dispor de uma noção alargada (não apenas dicotómica, não apenas ilustrativa) de espaço e dos lugares⁽⁸⁾ onde se inscrevem as práticas económicas e que sejamos capazes de valorizar a importância da acção, reconstruindo, ao mesmo tempo, uma ideia "operacional" das estruturas que influenciam aquelas práticas.

Na distribuição espacial das condições económicas e sociais, os lugares e as regiões são vistos frequentemente como simples efeitos de "*assemblages* dos factos físicos e

⁽⁶⁾ De facto, a prática tem lugar em contextos altamente diferenciados, ligados às especificidades locais. Admitir esta ideia é, frequentemente, uma condição para que se avaliem devidamente as formas particulares tomadas pelas "respostas" locais às dinâmicas económicas globais. Por isso A. Giddens (1985: 283) sublinha que "ao propor as ideias de local e de regionalização [procura] começar a formular um esquema conceptual que ajude a categorizar a contextualidade como processo inerente às conexões entre os sistemas sociais de maior e menor âmbito".

⁽⁷⁾ Do que se trata, no fundo, é de avaliar a complexidade das várias facetas da vida social (estruturação da produção, da reprodução da força de trabalho, das práticas de consumo ...) através da análise das interacções concretas que a produzem. Que tais interacções têm a ver com o espaço onde se inscrevem é bem evidenciado pelo facto de a vida quotidiana supor situações de *continuidade material* nas quais se produzem e reproduzem propriedades estruturais de nível micro e de nível macro. São processos derivados de situações de co-presença, ou seja, de contextos de associação cuja concretização não é apenas efémera: cria "padrões de interacção". O que leva, naturalmente, a que as "trajectórias" quotidianas dos indivíduos se representem em "teias de interacções" condicionadas pelos eixos materiais da existência humana: os projectos individuais inscrevem-se em interacções locais, isto é, em relações entre entidades que, elas próprias, emanam dos cenários da interacção.

⁽⁸⁾ Cf. também, sobre as noções de lugar e de espaço, Relph (1976), Tuan (1977) e ainda Pred (1983). Sobre territórios e territorialidade cf. Gama (1987).

dos artefactos humanos ou como formas espaciais localizadas, pouco mais do que cenários cristalizados da actividade humana". Ora, são bastante mais do que isso: os lugares da acção "envolvem sempre uma apropriação do espaço e da natureza que é inseparável da reprodução e transformação da sociedade no espaço e no tempo" (Pred, 1986: 6).

O que permite revalorizar os contextos espaciais locais — os lugares — em que a acção humana se desenvolve é o facto de estes constituírem fluxos sequenciais de acontecimentos. Ou seja, há uma "continuidade material" que se associa às diversas formas de participação dos agentes na vida económica e se traduz em processos mais ou menos centrais de reprodução dos sistemas locais e de interferência na ordem macro-económica mais ampla⁽⁹⁾.

É aqui que surge o mais interessante dos problemas: o que consiste em saber através de quem ou de que meios se produz a mediação entre tais processos e, portanto, em apreender a continuidade material e os fluxos ininterruptos, no espaço e no tempo, dos processos de estruturação.

Em primeiro lugar, eles estão ligados ao facto de ser sempre possível identificar projectos institucionais dominantes pelo seu impacto nos "percurso" diários de um lugar e, portanto, nas formas de socialização aí produzidas e desenvolvidas (Pred, 1986: 12-14). Neste sentido, originam-se num lugar propriedades estruturais e relações sociais relevantes. Certamente que, em muitos casos, tais projectos institucionais dominantes correspondem a formas materiais de organização da produção e da distribuição, mas é também admissível que correspondam a formas sociais e culturais. Todos os projectos institucionais de produção e de distribuição implicam uma divisão espacial do trabalho e, na medida em

⁽⁹⁾ O local, como conceito, deriva de uma noção particular de espaço, que não o reduz à condição de mero suporte físico das actividades e dos sujeitos. Segundo Giddens, o termo local refere-se ao uso do espaço entendido "como cenários da interacção, os quais, por sua vez, são essenciais para especificar a sua contextualidade" (Giddens, 1985: 271). Numa primeira aproximação, esta noção procura evidenciar as características do mundo material que envolvem a acção. Mas não é apenas isso, embora já fosse muito, pois tais características servem para "construir o conteúdo significativo da interacção". Isto é, as propriedades dos cenários são empregadas 'cronicamente' pelos agentes na constituição dos 'encontros' no espaço e no tempo (idem: 270). Neste último aspecto consiste, de resto, o argumento de Giddens para defender a utilização do termo *local* em vez de *lugar*. Muito embora também lhe seja lembrado (Agnew, 1987), com alguma pertinência, diga-se, que a sua opção consiste na redução a apenas uma das dimensões dos problemas levantados (o do conteúdo 'micro-sociológico' estruturado da vida local), omitindo dois outros aspectos relevantes: o da localização (que significa a representação na interacção social local das ideias e das práticas derivadas das relações entre lugares - o impacto da macro-ordem num lugar) e o sentido do lugar (a orientação subjectiva que pode ser criada pela vivência de um lugar).

que não existem fora de uma localização, eles contribuem para a constituição de espaços ou sistemas locais.

A estruturação e a mediação local não são, assim, circunstâncias accidentais. Correspondem às formas tomadas pela dialéctica entre a prática e as estruturas sociais nos seus âmbitos locais. "A realização dos projectos de produção e de distribuição depende do conhecimento prático, das capacidades físicas e do raciocínio reflexivo desenvolvido pelos participantes através do seu envolvimento prévio em projectos institucionais influenciados e influentes nas estruturas" (Pred, 1986: 14).

57

Nas economias contemporâneas, a divisão espacial do trabalho define-se, em larga escala, segundo um sistema de localizações dentro da economia global, mas não anula a autonomia das componentes locais. Independentemente das formas de controlo dos capitais, as unidades produtivas apresentam-se num lugar como portadoras de uma determinada lógica de localização. Por isso, as diferentes formas produtivas que se inserem numa área local estão, directa ou indirectamente, relacionadas com as dialécticas dos processos de estruturação de nível macro-económico. As decisões de localização derivam, de algum modo, do conhecimento prático, de situações específicas de informação e de motivação que, para os próprios decisores, se relacionam com os seus antecedentes de participação em processos de estruturação. A forma local das actividades de produção e de distribuição e a própria circunstância de estas, para além de diferenciadas, existem apenas em número limitado num dado espaço (e não segundo as "possibilidades imensas" que a iniciativa humana, em abstracto, pode originar) depende da complexa sedimentação local das actividades. Tais actividades não devem ser vistas como condutas historicamente ditadas por uma cultura super-orgânica (ou ontologicamente independente, 'individual-transcending', 'conflict-free' e 'self-determining'), ou pelas "necessidades" autónomas (ou 'exigências funcionais') do sistema social. As práticas sociais sedimentam-se localmente e constituem, por isso, os limites e as possibilidades de outras práticas e de novas formas de conhecimento. São estas estruturas localmente consolidadas que, em conjugação com as relações de poder inevitavelmente presentes nas relações externas dos sistemas locais, estruturam os campos possíveis das acções.

As actividades humanas não são, por isso, apenas acções derivadas de processos gerais nem se concretizam de modo uniforme: elas tomam a forma de interacções no espaço-

-tempo. A *continuidade material* da vida quotidiana supõe um processo de estruturação no qual as propriedades estruturais da vida social são expressas através de práticas diárias que, por sua vez, produzem e reproduzem propriedades estruturais de nível micro e de nível macro (Agnew, 1987).

O conhecimento da realidade complexa que se manifesta na vida económica exige que, ao contrário do que sobressai em muitas perspectivas da economia e das ciências sociais em geral, desde a teoria da modernização às teorias de longo alcance sobre o sistema mundial, se atribua importância aos "contextos distintivos" que *modelam* (e não apenas onde se localizam) as práticas humanas. O reconhecimento dos "contextos distintivos" é uma tarefa principal do trabalho empírico, o qual, por sua vez, só alcança significado quando está munido de uma fina percepção teórica da variabilidade dos processos económicos. Para isso é importante considerar, como o fazem Peter Doeringer *et al.* (1987: 83), que há em certas regiões "um crescimento residual inexplicado que reflecte factores económicos 'invisíveis' não captados pelos modelos quantitativos"⁽¹⁰⁾.

O problema não é, assim, apenas fenomenológico ou justificado pela "conveniência" de prestar atenção à "inevitabilidade" do particular. O problema é, rigorosamente, o de compreender o modo como se organizam estruturalmente as economias. Por isso, o reconhecimento da contextualidade da acção torna-se numa análise das mediações económicas e sociais exactamente porque os contextos, sendo diversos e específicos, são espaços estruturais de funcionamento das economias.

É neste plano que se coloca Boaventura da Sousa Santos (1985), ao analisar a complexidade da *construção* dos processos sociais a partir da caracterização de quatro espaços estruturais das sociedades capitalistas. Partindo da ideia de que "cada contexto é um espaço e uma rede de relações dotadas de uma marca específica de intersubjectividade que lhes é conferida pelas características dos vários elementos que o constituem", este autor define o contexto doméstico, em que a família é "a unidade de prática social", o contexto da produção, assente nas relações da empresa, o contexto da cidadania, que reflecte as relações públicas entre o Estado e

(10) Esses "factores invisíveis do desenvolvimento local" não podem ser identificados através das fontes estatísticas tradicionais e, por isso, os autores basearam o seu trabalho sobre uma região de Massachusetts em entrevistas que permitissem reconhecer as condições locais pertinentes (inter-relações empresariais, qualidade e disponibilidade do trabalho, atitudes dos trabalhadores, investigação científica).

os indivíduos e o contexto da mundialidade, que, no âmbito do sistema mundial, regula as relações sociais entre Estados nacionais (Santos, 1989b: 173-174).

A não redução à fragmentariedade implica pressupor que “estes quatro contextos, apesar de estruturalmente autônomos no plano teórico, estão articulados entre si e interpenetram-se de múltiplas formas” (idem, 174). A articulação é perceptível na medida em que se admita que as diferenciações que as contextualidades exprimem são hierarquizáveis, ou seja, é porque “nem todas as diferenciações têm o mesmo significado” que é possível perceber a existência de determinações estruturais. Devido à sua complexidade interna, muitas das relações entre os contextos só podem ser estabelecidas a nível empírico e tendem a ser diferentes de sociedade para sociedade. Daqui derivam, pois, algumas das circunstâncias que caracterizam a diferenciação das formas económicas e sociais.

Naturalmente que, em quaisquer circunstâncias, a diferenciação não é errática. As possibilidades de transformação e de autonomia ocorrem dentro de limites estruturais. É o contexto da produção que estabelece tais limites, pois é aí que se localiza a relação *necessária* pressuposta pela lógica de organização que estamos a analisar. Do mesmo modo se pode dizer que é o contexto doméstico que determina os campos da mediação entre as formas de organização da produção e as formas sob que se apresenta a disponibilidade de força de trabalho. Hierarquização e mediação são, assim, duas dimensões principais através das quais se concretiza a diferenciação económica e social.

No campo mais particular da economia pode entender-se que este propósito de apreciar, em simultâneo, a diversidade e a co-determinação é uma via para reduzir “o domínio do Estado-nação enquanto unidade de análise” e, assim, “captar cientificamente a lógica própria e a autonomia crescente, quer das estruturas e dos processos locais típicos das unidades de análise mais pequenas (a lógica infra-estatal), quer dos movimentos globais, ao nível do sistema supra-estatal” (Santos, 1989a: 3). A valorização dos conceitos de local ou de lugares significa, manifestamente, o reconhecimento da importância que a mediação geográfica, territorial, tem nos processos sociais, económicos e políticos.

É quanto às formas de organização produtiva e quanto aos modos de mobilização da força de trabalho no quadro de certas práticas de reprodução social, ou de certos papéis dos agentes institucionais locais, que interessa analisar

estes processos de mediação espacial inscritos a nível local.

Quando a análise se centra na primeira vertente (os processos locais)⁽¹¹⁾, a questão principal consiste em apreciar a heterogeneidade interna do contexto da produção e do contexto doméstico. Na medida em que, por outro lado, a análise esteja empenhada numa avaliação das condições de funcionamento da sociedade portuguesa, somos levados à compreensão da especial heterogeneidade dos seus espaços estruturais. Ao contrário do que sucedeu nas economias de crescimento intensivo e de regulação centralizada, o predomínio, por exemplo, do espaço da produção sobre o espaço doméstico não se revelou tão forte, deixando a este uma lógica de reprodução bastante mais autónoma: há um défice de isomorfismo nas relações entre os diferentes contextos estruturais (Santos, 1989a). O que significa que, nestas condições, se torna especialmente importante o exercício de *funções de mediação*.

A mediação não é apenas um processo simples de articulação entre entidades com capacidades relativas próprias que lhes conferem autonomia. Significa também um processo específico de adensamento das relações entre vários contextos estruturais. Este adensamento depende de 'projectos', colectivos ou institucionais, inscritos nos ambientes materiais onde as relações se traduzem em práticas concretas. É nisto, aliás, que consistem, por exemplo, os vários papéis de mediação presentes nas diversas situações de industrialização local. Porque os processos de mediação são processos complexos de mobilização dos recursos (materiais, culturais, simbólicos) que dotam um meio local, entendo a mediação⁽¹²⁾ como de índole essencialmente espacial⁽¹³⁾.

(11) Para análises que, no âmbito do Centro de Estudos Sociais, definem objectos particulares cuja apreciação remete para o nível supra-estatal, cf. os trabalhos de Carlos Fortuna (1988) e de Maria Manuel L. Marques (1989), respectivamente sobre a relação colonial e a subcontratação.

(12) São diferentes os conceitos de mediação que é possível encontrar nas ciências sociais. Bourdieu usa a noção de *habitus* como nível dialéctico entre as estruturas sociais e as práticas humanas; para Giddens são as instituições que representam os contextos organizacionais específicos nos quais os sistemas, isto é, as práticas regulares e reproduzidas, operam (Agnew, 1987: 30).

(13) A luz desta ideia pode dizer-se que no "mapa estrutural das sociedades capitalistas" proposto por Boaventura da Sousa Santos pode ser incluída uma dimensão capaz de integrar estas funções estruturais de mediação espacial. Na lógica da sua construção só parece admissível que se tratasse do *contexto da comunidade*, para o qual, em grande medida, remetem alguns dos mais relevantes processos de mediação que estou a considerar.

A condição interna das economias semiperiféricas

Ao falar da contingência dos processos de estruturação económica, da participação diferenciada dos agentes económicos e do significado dos meios que definem os contextos da sua acção estou, evidentemente, a pressupor que as economias se distinguem por diferentes articulações das suas componentes⁽¹⁴⁾. A questão da participação das formas locais nos processos de organização da produção é particularmente relevante nas sociedades que qualifico como semiperiféricas. Esta hipótese (é essencialmente de uma hipótese que se trata) resulta, numa primeira aproximação, de três ordens de factores. A primeira relaciona-se com a natureza dos agentes de regulação económica e, aí, sobressai a natureza do papel do Estado e das suas relações com as diferentes formas do capital. A segunda tem a ver com a importância das condições de reprodução da força de trabalho como matrizes diferenciadoras do espaço económico. A terceira diz respeito à natureza apenas parcial dos processos de intensificação do modelo económico, factor bastante relacionado com a condição policentrada da sua malha industrial.

De facto, as sociedades semiperiféricas são, antes de mais, caracterizadas pela sua natureza intermédia, quando comparadas com aquelas que, no sistema mundial, ocupam uma posição central, por aí se terem localizado formas intensivas de crescimento económico, ou com as que, pela permanência de formas estruturais de subdesenvolvimento, são confinadas a uma posição periférica. Esta circunstância significa que a estruturação da sua *condição interna*, as suas estruturas sociais e económicas, se baseia em traços de especificidade que lhes conferem singularidade.

Tem sido dito que aquela natureza intermédia pode ser ilustrada por indicadores sócio-económicos cujos valores se situam *entre* os dos países mais desenvolvidos e os dos países do terceiro mundo (por exemplo, o rendimento *per capita* ou a percentagem de população activa na agricultura) ou pela coexistência de indicadores tendencialmente semelhantes aos que se associam a fases económicas já ultrapas-

(14) "As formas concretas de desenvolvimento representam combinações de processos e de elementos, alguns necessariamente relacionados, outros contingentemente relacionados" (Sayer, 1985: 4). Na diferente apropriação de cada relação ou elemento consistirá mesmo a distinção teoria abstracta/análise concreta; a primeira isola uma ou outra dimensão, fazendo por isso uma subestimação radical do leque possível de formas contingentes e das suas especificidades históricas; a segunda procura aceder à *forma* de inter-relação desses diferentes elementos. A sua teorização particular supõe a sua prévia "descoberta empírica".

sadas pelas economias de maior crescimento, enquanto outros já estão a par dos que caracterizam aquelas economias.

Penso, no entanto, que, sem descurar estes indicadores, as situações semiperiféricas se caracterizam basicamente por situações substanciais definidas pela diferente natureza dos mecanismos dominantes de articulação económica. Por exemplo, pelas relações entre diferentes agentes da iniciativa, pela natureza dos sistemas de emprego constituídos, pela lógica de resolução de conflitos, pelas formas de criação de bem-estar, pela diferente centralidade dos agentes que asseguram a macro-ordem económica, pela diferente centralidade, também, dos agentes que asseguram as condições imediatas da vida económica e social. Numa palavra, nas sociedades semiperiféricas são específicas as estruturas da sua regulação. Esta especificidade pode ser apreendida, em síntese, pelo papel do Estado e pela análise dos processos de regulação macro-económica consolidados pelo capital, pelo reconhecimento da centralidade da esfera da reprodução social e pela análise das formas de acção dos capitais e dos agentes de iniciativa locais.

A análise do papel do Estado é um dos elementos centrais de uma conceptualização da semiperiferia que privilegie o seu contexto genealógico, em detrimento da sua localização no sistema mundial. Os pressupostos principais desta análise centram-se em duas dimensões: a particular centralidade do Estado e as suas multi-expressões que, frequentemente, se traduzem em informalidade e mesmo na dualidade da actuação estatal. Ao Estado cabem assim "complexos processos de arbitragem social que não podem caber nem ao capital nem ao trabalho, nem a ambos conjuntamente, dada a relativa descentração das relações entre eles na estrutura social e o baixo nível de corporativização dos seus interesses" (Santos, 1985: 872).

Este papel central desempenhado pelo Estado na regulação social é a outra face da natureza fragmentária e policentrada dos mecanismos sociais e económicos em que assenta uma sociedade deste tipo. De facto, o modelo económico prevalecente baseia-se mais em processos complexos de articulação e em mecanismos parciais, de cuja compatibilização resultam modos também complexos de regulação, do que na predominância de uma lógica global propulsora que determine as dinâmicas económicas, as inter-relações sectoriais ou as formas de concertação social.

Desta interpretação do papel do Estado ou, mais especificamente, das causas que determinam a forma do Estado,

resultam duas consequências importantes. A primeira relaciona-se com a própria forma do capital e com o âmbito das suas funções de regulação macro-económica. Da conclusão de que a heterogeneidade da classe empresarial tem estado associada à inexistência de um núcleo capaz de exercer uma hegemonia reguladora do espaço económico nacional e de criar uma dinâmica integradora que configurasse um modelo económico de subordinação das demais fracções do capital, retira-se a hipótese de que as formas do capital numa sociedade semiperiférica devem ser analisadas procurando identificar a importância dos capitais locais.

A segunda consequência relaciona-se com a heterogeneidade do trabalho. Daí retiro a hipótese de que as relações que organizam a reprodução da força de trabalho e, genericamente, a esfera da reprodução social, gozam de uma autonomia maior do que nas sociedades centrais. De facto, aquelas relações não parece serem tão estritamente determinadas pelas normas de integração generalizada da mão-de-obra num modelo produtivo com capacidade motriz.

Tal como o papel arbitral do Estado resulta da ausência de uma dinâmica de concertação assente em fortes posições negociais, assim as relações capital/trabalho acolhem a complexidade das articulações entre a esfera da produção e a da reprodução social, sendo atravessadas por "práticas ideológicas e sociais portadoras de lógicas de acção não capitalistas" (Santos, 1985: 882).

Organizar as relações sociais deste modo significa, com grande probabilidade, que estas se informalizam e fragmentam, numa base de heterogeneidade estrutural. E significa, também, que os processos económicos se apoiam nas estruturas materiais dos contextos onde se inscrevem, dependendo delas para a forma que assumem. Nestas condições, é vasto o conjunto dos processos de mediação estabelecidos. Para os "contabilizar" há que considerar os agentes envolvidos, as capacidades produtivas e os modos de vida pré-existentes à transformação que, no caso que me interessa, a industrialização implica.

Reconhecer as funções de mediação exercidas pelos meios locais no processo económico representa, em grande parte, uma reflexão sobre as transformações recentes dos modos de organização das economias, designadamente quanto à articulação entre a indústria e o espaço. Creio que a forma como as discussões sobre o local foram relacionadas com os temas da reestruturação económica, dos modos de regulação

3. Os "contextos empíricos" das economias contemporâneas: a mediação local como processo económico e social relevante

e dos processos de transformação da relação salarial, deriva precisamente de tais funções, que relativizam a feição centralizadora que caracterizou as fases de mais intenso crescimento económico.

As relações em causa são de natureza bastante diversa e reflectem os diferentes graus de autonomia que derivam dos contextos estruturais de cada sociedade. São, como já referi, mais complexas nas sociedades semiperiféricas do que nas condições que caracterizavam o modelo de crescimento económico singularmente tipificado no chamado fordismo. E representam, por isso mesmo, outros processos de iniciativa, outras lógicas de mobilização da força de trabalho e de organização da produção e do consumo, outros suportes institucionais.

São vários os agentes institucionais envolvidos, hoje em dia, nas formas de desenvolvimento local e na representação dos sistemas locais significativos e, por isso, é necessário tomar em conta a importância da sua acção. É neste sentido que aponta um conjunto de realidades empíricas cujo relevo nas sociedades contemporâneas parece inequívoco.

Procurarei ilustrar esta ideia chamando a atenção para várias funções, que começam no papel desempenhado por muitas autarquias na promoção do desenvolvimento local. Pode, de facto, dizer-se que na organização do processo de desenvolvimento há, frequentemente, lugar para formas de mediação entre os agentes institucionais locais (os de natureza pública, como as autarquias, ou os que representam interesses locais organizados), a que sou tentado a chamar "Estado local", e o "Estado central".

Estas circunstâncias derivam de, nos nossos dias, as formas de exercício da política económica não procederem tão fortemente de uma relação centralizada entre o "Estado central" e os espaços onde se inscrevem as decisões. Se, por um lado, as condições ligadas à crise económica aumentaram as pressões locais sobre as instâncias centrais de decisão, originando, ao mesmo tempo, capacidade de organização local, por outro lado, o próprio "Estado central", em crise financeira, carece de capacidade de acção "no terreno". O "Estado local" constitui-se em representação do papel das colectividades territoriais como agentes de "um serviço público de desenvolvimento" que, simultaneamente, supera os limites da autarcia e mostra que, em vez de uma espontaneidade de mercado, o desenvolvimento local significa a necessidade de domínio sobre as próprias condições em que se inscrevem as iniciativas de criação de emprego. Isto significa que, em tais

circunstâncias, o papel das economias locais decorre, também, de uma lógica de mediação entre "Estado local" e "Estado central".

De facto, quando os agentes do desenvolvimento local são as autarquias, como começa a ser significativo em Portugal e é evidenciado por alguns processos de descentralização noutros países, torna-se bastante difícil distinguir na sua acção o que é "Estado" e o que é "comunidade". Mas já será mais fácil reconhecer no papel dos agentes institucionais de âmbito local que eles são veículos de relacionamento entre diferentes processos e diferentes actores sociais e económicos, o que lhes atribui uma função singular de mediação.

À aparente "ausência de Estado" nos processos de alargamento da geografia da produção industrial liderados pelas grandes empresas que, durante os períodos de maior crescimento económico, descentralizavam fases da sua produção, corresponde hoje, em muitas das formas assumidas pelo desenvolvimento local, a "subcontratação" pelo Estado de tarefas de promoção do emprego junto de instâncias locais. É, por isso, um Estado colocado "à distância", como observador, aquele que pressentimos em tais processos. Diz-se frequentemente que são as dinâmicas dos meios locais que são observadas. Mas, como é natural, apenas em parte assim é. Porque, do que disse, deve concluir-se que tais dinâmicas são, também, processos integrados em lógicas mais gerais de estruturação económica. É por isso que às iniciativas e aos contributos locais preside sempre uma dupla lógica de *autonomia* e de *funcionalidade*. A síntese destas duas dimensões reconhece-se nas *mediações* exercidas.

Em situações como as que estudei (Reis, 1989a), em que a promoção do emprego industrial é levada a cabo por uma Câmara Municipal, parece-me visível que se trata de uma situação de mediação institucional. Ela decorre do papel exercido por um agente institucional, que integra o "Estado local", nas relações com empresas exteriores ao concelho (e, algumas, ao país) cuja instalação é negociada. Trata-se, pois, de uma análise cujo objecto é a promoção do emprego industrial, cujos meios são os contratos estabelecidos entre duas entidades para acordarem os termos materiais de instalação e cujas condições estão relacionadas com a disponibilidade de mão-de-obra ligada aos modos de reprodução social num pequeno meio de características predominantemente rurais e com os custos de mobilização dos recursos materiais com que a iniciativa exterior conta.

A mediação exercida pelo Poder Local pode ser vista num duplo plano: como mediação informal, usando o capital relacional e de legitimação de que dispõe relativamente a uma comunidade de "municípios", e como mediação formal, traduzida em termos jurídicos pela celebração de contratos de compra e venda das instalações fabris por si construídas. É um conjunto complexo de relações aquele que deste modo se estabelece, dado que envolve o público e o privado, a comunidade e as empresas, o trabalho e o capital, as infra-estruturas produtivas e as infra-estruturas sociais.

Por isso podemos centrar a nossa atenção numa destas dimensões, a da mediação entre as comunidades locais e as empresas. A capacidade de intervenção dos meios locais, neste jogo de inter-relações que envolve níveis diferentes de decisão económica, começa pelo modo como se define o "lado da oferta" do mercado local de trabalho. É certo que todos os processos de descentralização produtiva supõem condições específicas de oferta de trabalho. Por isso mesmo, o que se torna significativo é ver como se procede à "construção" deste lado do mercado de trabalho. Colocarmo-nos nesta perspectiva significa, aliás, substituir a noção de mercado de trabalho pela de sistema de emprego ou, mais propriamente, sistema local de emprego e, deste modo, encarar em simultâneo a formação do sistema de empresas e das condições da reprodução social.

As inter-relações no interior de um sistema local de emprego não ocorrem no vazio, estão dependentes de condições estruturais organizadas localmente e (ou) da acção de agentes colectivos locais. As condições que permitem caracterizar e, portanto, distinguir um sistema local representam, em si mesmas, factores de mediação entre dois campos só aparentemente autónomos da vida económica, o da produção de bens e o da reprodução de força de trabalho.

De um modo geral, os processos de mediação entre a organização produtiva e a reprodução social traduzem-se num conjunto de circunstâncias que merecem atenções de análise. É no reconhecimento do papel económico das famílias que tal atenção melhor se pode concretizar. A presença e, sobretudo, o papel económico da pequena agricultura é, frequentemente, um indicador de um processo de articulações económicas de nível local. Há muitos casos em que estas situações se manifestam por uma dualidade relativamente original: a simultaneidade da estabilidade das estruturas agrícolas e da vitalidade das estratégias de mudança no interior das famílias.

Os factores de mudança no âmbito intrafamiliar e intra-agrícola são relativamente fáceis de identificar e podem sintetizar-se nas transformações significativas dos modos de afectação do trabalho familiar, expressas na pluriactividade e no adensamento das relações intersectoriais das famílias (significando a quebra da dependência relativamente à agricultura) e nas transformações significativas dos processos de formação dos rendimentos familiares, expressando a pluralidade de relações económicas em que a agricultura intervém e possibilitando uma grande diversificação dos modos de consumo em meio rural. Mais geralmente, pode também considerar-se que as estratégias de mudança no interior das famílias originam um potencial local de participação nas relações sócio-económicas que se constituem localmente, permitindo falar de uma dimensão endógena dos processos de desenvolvimento local. Este último ponto pode relacionar-se com o modo como, por exemplo, as economias familiares ligadas à pequena agricultura e ao meio rural participam na constituição da matriz de relações económicas locais, nomeadamente quando estas condições coexistem com o crescimento do emprego industrial.

Numa primeira aproximação, pode dizer-se que a presença activa da pequena agricultura em situações locais de industrialização significa uma forte interferência na estrutura salarial não-agrícola. A agricultura complementar é um elemento de 'compensação' de baixos níveis salariais. É fácil demonstrar que, frequentemente, assim é, como acontece na economia portuguesa. Mas não me parece que este seja, em si mesmo, um argumento geral. Ele serve, fundamentalmente, para ilustrar as condições de défice industrial e de competitividade assente na exploração da força de trabalho. O que importa sublinhar é que parece ter pouco sentido avaliar as condições salariais médias de uma economia local abstraído das suas determinantes sectoriais e isolando as circunstâncias locais dos seus contextos regionais e nacionais (que podem apresentar perfis idênticos, destituindo de sentido as considerações de ordem local).

E há ainda uma outra razão: isolar o elemento salarial pode corresponder também à omissão de outras circunstâncias locais pertinentes, como a natureza da estrutura empresarial ou da iniciativa ou os processos de mobilidade profissional.

Uma vertente, mais compreensiva, para apreciar a *posição económica* das economias familiares ligadas à pequena agricultura, consiste em considerar a natureza das condições de

oferta da força de trabalho: processos de mobilização da força de trabalho; disponibilidade de mão-de-obra; presença de *habitus* de classe que reforçam os elementos simbólicos na relação salarial; condições para que a mobilidade social e profissional seja um processo controlado localmente; garantia de que, num quadro intergeracional, os mais jovens trabalhadores industriais permanecem ligados à agricultura *malgré eux*, pois esse processo é gerido como uma questão interna da família.

A iniciativa empresarial por conta própria se, em muitos casos, não pode ser explicada sem atender à natureza das estruturas industriais locais, também, por outro lado, não é compreensível sem que consideremos os mecanismos sociais locais de formação da poupança, de acesso aos recursos familiares (monetários e patrimoniais, de que os elementos fundiários são o exemplo mais imediato) ou de mobilização de modos informais de interajuda e de cooperação. Este é um campo muito concreto onde há que atender ao papel económico da agricultura na matriz de inter-relações locais. E não deve, com efeito, rejeitar-se localizar a análise nesta dimensão, por muito que se deva ter a consciência teórica de que o quadro familiar e as condições sócio-económicas locais representarão mais do que aquilo que é indiciado pela vinculação à pequena agricultura e pelas formas de sociabilidade local.

Se a compreensão das relações de sociabilidade e da materialidade económica da actividade das famílias é uma questão importante para avaliar a estruturação de certos processos locais, é também verdade que há outros aspectos significativos, como os que se relacionam com a estruturação interna dos sectores de especialização, que determinam a expansão do emprego e o adensamento das relações inter-industriais locais. Esta referência é importante porque, nas economias locais deste tipo, exercem-se também localmente funções de mediação no âmbito da própria organização dos processos produtivos industriais. Isto é, do mesmo modo que há que encontrar as articulações entre uma dada forma de organização e os modos de reprodução social que lhe correspondem, há também que considerar que os próprios processos produtivos industriais se não confinam às normas mais ou menos padronizadas que permitem caracterizar o taylorismo. Sempre existiram formas de organização da produção industrial assentes no controlo local de processos de produção completos, em culturas técnicas particulares e em normas de especialização específicas. Em muitos casos estabelecem-se

sistemas locais de inter-relações industriais, com complementaridades produtivas consolidadas que envolvem um conjunto largo de empresas localizadas num mesmo espaço territorial. São casos que representam, como alguns dizem, a forma moderna das economias de aglomeração. Ora, esta decomposição e organização local do ciclo produtivo de um sector industrial é um processo compreensível na medida em que se pressuponha a existência de uma capacidade de estruturação local que passa pela existência de agentes colectivos locais, por capacidade de representação e por estruturas de comunicação e de formação de consensos locais. É, mais uma vez, uma outra vertente de uma lógica de mediação. Uma lógica sem a qual o funcionamento de um sistema local não é compreensível ou, então, corre o risco de ser arbitrariamente considerado como um elemento de processos só aparentemente espontâneos.

Naturalmente que o facto de os processos económicos de ordem local se terem tornado especialmente relevantes no funcionamento das economias contemporâneas impede que a sua análise se reduza à própria escala local e obriga a que se procure identificar as suas relações com a evolução dos modos globais de regulação das economias. Centrar a interpretação dos processos locais nas funções de mediação que aí se exercem tem uma consequência importante: a mediação tem de ser vista como um resultado das interacções de processos e agentes com diferentes posições (e diferentes poderes) no funcionamento global da economia. Daí derivam novas posições para os meios locais intervenientes, as quais representam, inevitavelmente, promoção ou despromoção no sistema de relações estabelecido.

A avaliação destes resultados é um procedimento necessário para que se analise convenientemente qualquer processo de desenvolvimento local. Contudo, não deve também descurar-se que cada processo é singular e decorre em contextos diferenciados. Sem deixar de reconhecer as dificuldades (e os riscos) de uma classificação, parece-nos que podem distinguir-se duas situações principais que caracterizam as economias locais.

Uma refere-se a contextos locais em que podem identificar-se formas de estruturação reticular da indústria e estruturas de representação colectiva. A outra, substancialmente diferente, refere-se às situações em que a promoção local do emprego industrial ocorre em contextos de défice industrial, nas quais a acção dos agentes institucionais é especialmente relevante para "produzir diferença" relativamente a outras

situações que, à partida, se encontram em circunstâncias idênticas.

Neste segundo caso, o dado mais visível consiste no facto de a funcionalidade das economias locais relativamente aos agentes externos se exprimir através dos baixos custos da mão-de-obra e, com crescente influência, das condições oferecidas para a instalação de empresas. Há também, como não pode esquecer-se, "funcionalidades" a favor das próprias economias locais, a mais evidente das quais é a que se traduz na criação de emprego.

É importante que as economias locais, mesmo nas condições que estou a referir, não se limitem a reconhecer como "naturais" tais situações e que, portanto, seja assumida uma posição negocial. Para que isso aconteça é necessário que haja capacidade de representação colectiva e de intervenção na estruturação local da economia.

Já nos casos em que a participação significativa de uma economia local em processos económicos mais amplos decorre da prévia existência, devidamente consolidada, de formas de estruturação reticular da indústria, a questão assume uma natureza diferente. A capacidade de "oferta" das economias locais não se limita às condições de reprodução da força de trabalho, respeita também à própria "oferta" de capacidade industrial. Podemos estar perante uma rede de empresas que, em função de processos de especialização originados localmente, consolidaram fortes relações entre si, num contexto em que são também relevantes uma cultura técnica profissional e um processo controlado de mobilidade social.

Não deve pressupor-se que, nestas circunstâncias, a questão da negociação da posição do sistema local não se coloca. Ela surge, sem dúvida, em termos diferentes do que acontece no caso anterior. Mas a lógica de integração subordinada destes sistemas locais em processos mais largos de organização produtiva, cada vez mais assentes em formas de fragmentação e decomposição, leva necessariamente a que se acautele a possibilidade de tais sistemas se reconduzirem a fornecedores de trabalho e não de iniciativa industrial.

4. Conclusão

Discutimos as condições em que se forma a iniciativa e em que se originam os processos relacionais que possibilitam as mediações. São contextos de co-presença e de associação, onde se manifestam as diferentes temporalidades dos indivíduos e onde é possível gerar fluxos sequenciais de acontecimentos. A iniciativa não é, nesta perspectiva, nem atomizadamente individual, nem funcionalmente dependente

de uma entidade superorgânica. A realidade, como diz Lipietz, "apresenta-se como um *quasi-continuum* de situações, isto é, regimes locais e modos de inserção na economia mundial". Organiza-se, digamos assim, em lugares de mediação que revelam as formas contingentes que estão presentes na organização das economias contemporâneas.

Neste quadro, a variabilidade da dinâmica económica no tempo e no espaço é uma questão principal da análise económica, como a teoria da regulação tem sublinhado. Uma variabilidade que, aliás, não deve confinar-se a uma visão "trimodal" da economia-mundo, como propõe a perspectiva que radica na obra de Wallerstein (cf., nomeadamente, 1979 e 1984). O que está em causa é a possibilidade de consolidar as virtualidades de um método que assente num raciocínio holista mas subdeterminado, capaz de captar as determinantes específicas da variabilidade das dinâmicas económicas. É que, se o reconhecimento da "diversidade do mundo" pode ser um bom ponto de partida, daí não decorre necessariamente um reconhecimento adequado das formas de especificidade dos elementos constituintes da dinâmica económica.

Numa perspectiva que me parece frutuosa, torna-se necessário valorizar a renovação do paradigma territorial em que as formas de *integração territorial* e de *integração funcional* se combinam com intensidades diferentes das pressentidas noutras épocas. Este caminho passa por dar atenção aos territórios, isto é, aos conjuntos estruturados, complexos, assentes em relações reticulares e em modelos de comunicação e sociabilidade próprios. Trata-se, por outras palavras, de procurar chegar à compreensão de uma complexa fenomenologia económica e social consolidada no que designo por "nível local de análise" e que relativiza a ideia de que os espaços locais são meros *suportes* de industrialização, antes os entendendo também como *agentes* de industrialização.

É assim que encontramos os fenómenos, os agentes e os contextos da acção e que, pelo menos num primeiro momento, se evidencia a capacidade local para *reordenar* os estímulos da chamada "envolvente externa". Redescobrimos *autonomias* e *funcionalidades*, o que significa que se torna necessário problematizar os modos e os meios pelos quais ambas interagem: as mediações. ■

Referências Bibliográficas

72

- Agnew, John 1987 *Place and Politics — The Geographical Mediation of State and Society*, Boston, Allen & Unwin.
- Becattini, Giacomo (ed.) 1987 *Mercato e forze locali: il distretto industriale*, Bologna, Il Mulino.
- Doeringer, Peter; Terkal, David; 1987 *Invisible Factors in Local Development*, New York, Oxford University Press.
- Duncan, Simon; Goodwin, Mark; Topakian, Gregory 1988 *The Local State and Uneven Development*, Cambridge, Polity Press.
- Fortuna, Carlos 1988 *Threading Through: Cotton Production, Colonial Mozambique and Semiperipheral Portugal in the World-Economy*, Ph. D. Thesis, SUNY, Binghamton.
- Gama, António 1987 "O território como inscrição de poder", *Locus*, 2-3.
- Giddens, Anthony 1983 "Comments on the Theory of Structuration", *Journal for the Theory of Social Behaviour*, Vol. 13, nº 1.
- Giddens, Anthony 1985 "Time, Space and Regionalism", in Derek Gregory e John Urry (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*, Londres, Macmillan.
- Lash, Scott; Urry, John 1987 *The End of Organized Capitalism*, Cambridge, Polity Press.
- Lipietz, Alain 1985 *Mirages et miracles: problèmes de l'industrialisation dans le tiers monde*, Paris, Éditions La Découverte.
- Lipietz, Alain; Leborgne, Danielle 1988 "L'après-fordisme et son espace", Paris, CEPREMAP.
- Marques, Maria Manuel Leitão 1989 *Subcontratação e autonomia empresarial: o caso português*, Tese de doutoramento, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Marshall, Alfred 1961 *Principles of Economics*, Volume I, Londres, Macmillan (9ª edição).
- Massey, Doreen 1984 *Spatial Divisions of Labour — Social Structures and the Geography of Production*, Londres, Macmillan.
- Mateus, Augusto 1987 "Economias semiperiféricas e desenvolvimento desigual na Europa (reflexões a partir do caso português)", *Economia e Socialismo*, 72/73.
- Pred, Allan 1983 "Structuration and Place: On the Becoming of Sense of Place and Structure of Feeling", *Journal for the Theory of Social Behaviour*, Vol. 13, nº 1.
- Pred, Allan 1986 *Place, Practice and Structure: Social and Spatial Transformation in Southern Sweden (1750-1850)*, Cambridge, Polity Press.

- Reis, José 1988 "Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais", *Revista Crítica de Ciências Sociais* 25/26.
- Reis, José 1989a *Os espaços da indústria: a regulação económica e a mediação local numa sociedade semiperiférica*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Reis, José 1989b "A recolha de informação não-estatística em economia", in A. Santos Silva e J. Madureira Pinto (org.), *Metodologia das ciências sociais*, Porto Afrontamento [3ª edição].
- Relph, Edward 1976 *Place and Placelessness*, Londres, Pion Limited.
- Rosier, Bernard; Dockès, Pierre 1983 *Rythmes économiques crises et changement social — une perspective historique*, Paris, La Découverte/Maspero. 73
- Santos, Boaventura de Sousa 1984 "On Modes of Production of Law and Social Power", *Working Papers*, Série 1, 1, Institute for Legal Studies, University of Wisconsin, Madison.
- Santos, Boaventura de Sousa 1985 "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", *Análise Social* 87/88/89.
- Santos, Boaventura de Sousa 1989a "O social e o político na transição pós-moderna", *Oficina do CES*, 1.
- Santos, Boaventura de Sousa 1989b *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento.
- Sayer, R. A. 1985 "Industry and Space: A Sympathetic Critique of Radical Research", *Society and Space*, Volume 3.
- Schumpeter, Joseph 1987 *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, Unwin Paperbacks.
- Storper, M. 1985 "The Spatial and Temporal Constitution of Social Action: A Critical Reading of Giddens", *Society and Space*, Volume 3.
- Tuan, Yi-Fu 1977 *Space and Place: The Perspective of Experience*, Londres, Edward Arnold.
- Urry, J. 1985 "Social Relations, Space and Time", in Derek Gregory e John Urry (ed.), *Social Relations and Spatial Structures*, Londres, Macmillan.
- Urry, J. 1987 "Society, Space and Locality", *Society and Space*, Volume 5.
- Wallerstein, Immanuel 1979 *The Capitalist World-Economy*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Wallerstein, Immanuel 1984 *The Politics of the World-Economy: The State, the Movements and the Civilizations*, Cambridge, Cambridge University Press.